



GT 70. Processos identitários coletivos e lutas territoriais

Coordenador(es):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Claudia Mura (UFAL - Universidade Federal de Alagoas)

O objetivo do presente GT é buscar agregar reflexões empíricas sobre os processos identitários coletivos que têm nas lutas territoriais um elemento-chave. O intento é, precipuamente, impulsionar reflexões sobre quais fatores dão vida a processos de luta, em situações históricas e configurações específicas. Parte-se da hipótese de que a articulação e a consolidação de coletivos têm sua base no parentesco e em alianças políticas, bem como em experiências vividas e desenvolvidas localmente, ao longo do tempo, considerando-se, por exemplo, aspectos econômicos, ambientais, cosmológicos e rituais, a partir de configurações de poder específicas. Compreende-se, portanto, a relevância e pertinência, por exemplo, dos conceitos de conhecimento tradicional local, formulado por Ingold e Kurttila, e de morfologia social, elaborado por Mauss, sem deixar de atentar que estes desconsideram configurações diferenciadas de poder ao longo do tempo, bem como processos de constrição territorial, aspectos que vieram a ser ressaltados pelos conceitos de situação histórica e processos de territorialização, cunhados por Pacheco de Oliveira. O desafio, de fato, é analisar como, caso a caso, constrições territoriais impostas pelo Estado e por agentes privados são administradas, com base em modos de vida desenhados (sempre dinamicamente) por grupos domésticos e comunidades políticas locais, antes que necessariamente por grupos étnicos pré-definidos como tais.

(Re)construindo a memória, fortalecendo o território. A importância das mulheres kaingang na luta pela terra na comunidade de Kandóia (RS-Brasil).

Autoria: Clémentine Ismérie Maréchal (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A retomada da T.I kaingang Kandóia iniciou no início dos anos 2000 encabeçada por uma descendente do cacique Votouro, Maria Keso Kandóia que estava determinada a retornar ao seu território ancestral. Até hoje, a população kaingang de Kandóia está confinada em 2 hectares de terras, sofrendo pressões dos políticos e ruralistas da região. Na época da retomada, além da parentagem de Maria Keso, outras famílias acompanharam a família Kandóia nessa empreitada, trata-se de grupos familiares que foram expulsos do Toldo Ventarra e realocados no Toldo Votouro nos anos 1960 na época da reforma agrária levada a cabo pelo então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Após uma série de conflitos entre estas duas fações ? resultados dos processos de territorialização e desterritorialização proporcionados pelas políticas governamentais ? há hoje um grande esforço de parte das lideranças kaingang por estabelecer uma estabilidade política no seio da comunidade. Este equilíbrio se tece notadamente através de alianças matrimoniais e divisão de cargos de responsabilidade na liderança política. Porém, além disso, a reconstrução do território, da memória e das identidades dos grupos kaingang que moram hoje na T.I Kandóia está sendo agenciada principalmente pelas mulheres da comunidade que mobilizam a trajetória de vida de outras duas mulheres, já defuntas, que pertenceram a cada uma das fações mencionadas anteriormente: Maria Keso Kandóia, a iniciadora do movimento de retomada, ligada ao tronco familiar Kandóia, e Madalena De Paula, uma kujà (liderança política-espiritual) oriunda de um grupo familiar que foi expulso do Toldo Ventarra quando fora extinto. A kujà, junto com sua família, foi então obrigada a se instalar no Toldo Votouro, onde teceu novos vínculos com o território a partir dos conhecimentos dos seus kofá (antepassados). Através de este work etnográfico, pretendemos entender como se (re)constroem hoje na T.I Kandóia, as relações dos Kaingang com seu território ? sendo que a maior parte deste segue sendo invadido por fazendeiros - a partir



por um lado, da restauração da memória de essas duas mulheres, cujos ensinamentos respectivos permeiam as ações cotidianas de novas lideranças, possibilitando assim um fortalecimento da luta pela terra e, por outro, do compartilhamento do sofrimento relacionado com uma constante perseguição política e com processos violentos de apagamento das marcas territoriais e fontes documentais sobre a história dos Kaingang na região.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: